

A EXCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE O RESPEITO E O RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Deisi Noro (1); Livia Crespi (2); Márcia Finimundi Nóbile (3)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; deisinoro@gmail.com

Resumo

O presente trabalho problematiza a exclusão no espaço escolar provocada pela violência física e psicológica sofrida por estudantes lésbicas, gays, travestis e transexuais. O Brasil computa números elevados de evasão que, sem identificação do real motivo, decorrem também de humilhações e pela discriminação das famílias homoafetivas. Neste sentido, os objetivos deste trabalho versam sobre os dados e depoimentos de estudantes coletados e apresentados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, divulgada em 2016, dizeres de alguns autores sobre homofobia e sobre a ausência do bullying (homofóbico ou não) como possível motivo da infrequência escolar na ficha gerada pela escola e encaminhada ao Conselho Tutelar. Através de uma pesquisa qualitativa, de procedimento documental e revisão bibliográfica, encontra resultados que apontam para a discriminação no ambiente escolar, através de números e depoimentos de estudantes. A revisão bibliográfica traz autores como Borrillo (2015), Reis (2015) e Rios (2011), a fim de reunir o entendimento dos mesmos sobre homofobia. Em seguida, a pesquisa cogita os aspectos da escrita genérica e o fragilizado reconhecimento dos fatores desencadeantes da evasão escolar nas Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) que estabelecem o elo entre as escolas e os Conselhos Tutelares. A pesquisa encaminha suas conclusões inferindo sobre o quão inconcebível é a exclusão escolar por preconceito e intolerância em uma sociedade que afirma o respeito às pessoas, embora tenha dificuldades em reconhecer questões como orientação sexual e identidade de gênero e revela, assim, a importância da formação docente como forma de transpor o conhecimento empírico através do conhecimento científico sobre uma parcela da população que necessita ser progressivamente reconhecida e acolhida.

Palavras chave: Respeito; Diversidade; Exclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Viver e conviver numa sociedade efetivamente democrática e necessariamente laica é direito de todos brasileiros. Para tanto, é indispensável o respeito à orientação sexual, igualdade e identidade de gênero, assegurando a presença do/a estudante na escola, possibilitando a convivência com a diversidade, reprimindo as manifestações homofóbicas e enaltecendo os direitos humanos na educação.

As tentativas de cercear direitos são inconstitucionais, uma vez que violam a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. O Brasil computa números elevados de exclusão no ambiente escolar que, sem identificação

do real motivo, podem decorrer de inúmeros fatores, entre eles humilhações públicas, medo da violência física e/ou psicológica e, também, pela discriminação das famílias homoafetivas neste ambiente.

Até 2013, eram utilizados os dados das Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como fonte reveladora da importância da temática. Em 2016, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil que retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas sofridas por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). O resultado destas agressões é o baixo desempenho escolar, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer à instituição.

A atenção dispendida à prevenção da evasão escolar é feita através da Ficaí. A ficha é gerada pela escola mediante as ausências do/a estudante e encaminhada ao Conselho Tutelar. Pensando nisso, as atenções se voltam para a ausência do motivo “bullying” na referida ficha, uma vez que este pode ser um fator desencadeante de intimidações, agressões e posterior evasão escolar.

Este texto objetiva refletir sobre os dados e depoimentos de estudantes LGBT revelados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, bem como o entendimento de alguns autores sobre homofobia e a escrita genérica na Ficaí quando aponta os motivos: resistência do aluno, problemas de relacionamento ou outros, igualmente genéricos. A preocupação remete ao cerceamento da liberdade de uma convivência harmônica que respeite e reconheça a diversidade sexual e de gênero.

O acesso restrito ao conhecimento do conceito, das diferentes concepções teóricas de gênero e diversidade sexual como construções históricas, dos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e dos desafios ético-políticos que desconsideram os direitos sociais, civis e políticos relacionados à população LGBT, deflagra a urgência de ações propositivas na formação docente, ampliando assim o acesso à informação de uma parcela progressivamente reconhecida pela população.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa e de natureza aplicada, com o objetivo de ser explicativa, observando o procedimento documental e revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Borrillo (2015), Reis (2015) e Rios (2011). O artigo visa refletir sobre os dados e depoimentos de estudantes coletados e apresentados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, objetivando ainda revisitar os dizeres de alguns autores sobre homofobia e refletir sobre a ausência do bullying (homofóbico ou não) como possível motivo da infrequência escolar na ficha gerada pela escola e encaminhada ao Conselho Tutelar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados disponíveis sobre a exclusão no espaço escolar por bullying homofóbico

A pesquisa nacional Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (Fipe, MEC, Inep, 2009), revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%) e a orientação sexual (26,1%). As estatísticas trazem de forma velada ou explícita, a violência e a discriminação relacionadas a gênero (BRASIL, 2009).

A Unesco compilou um estudo desenvolvido por várias organizações internacionais, conhecido por Consulta Internacional sobre o Bullying Homofóbico, revelando dados que confirmam a importância de um olhar atento sobre a temática:

Evidências claras obtidas em muitos países mostram que a exposição ao bullying homofóbico provoca:

- ✓ Redução da frequência escolar
- ✓ Abandono escolar precoce
- ✓ Queda de desempenho e rendimento acadêmico

O bullying homofóbico, particularmente quando os alunos são intimidados, ridicularizados em público e roubados, está fortemente associado à evasão escolar. Em alguns casos, os alunos faltam às aulas ou fingem estar doentes para não ter que admitir a perda de livros, equipamentos ou dever de casa (UNESCO, 2013).

Em 2016, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil que apresenta análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil com 1.016 adolescentes e jovens LGBT no ambiente escolar revelando que 73% são agredidos verbalmente e 36% fisicamente, com afirmações de alguns que cogitaram tirar a própria vida. O resultado é o baixo desempenho escolar, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições.

Estamos num momento crucial na história brasileira em que precisamos ter resistência e persistência. Resistência para enfrentar a onda obscurantista que gostaria de tomar conta e retroceder as instituições sociais, incluindo a educação. Persistência para

continuar atuando com determinação para alcançar uma sociedade de paz e justiça em que todos e todas sejam respeitados/as em suas diferenças, sem distinção de qualquer natureza (ABGLT, 2016).

Quando questionados sobre o motivo que gera insegurança na sua instituição educacional, os/as estudantes responderam:

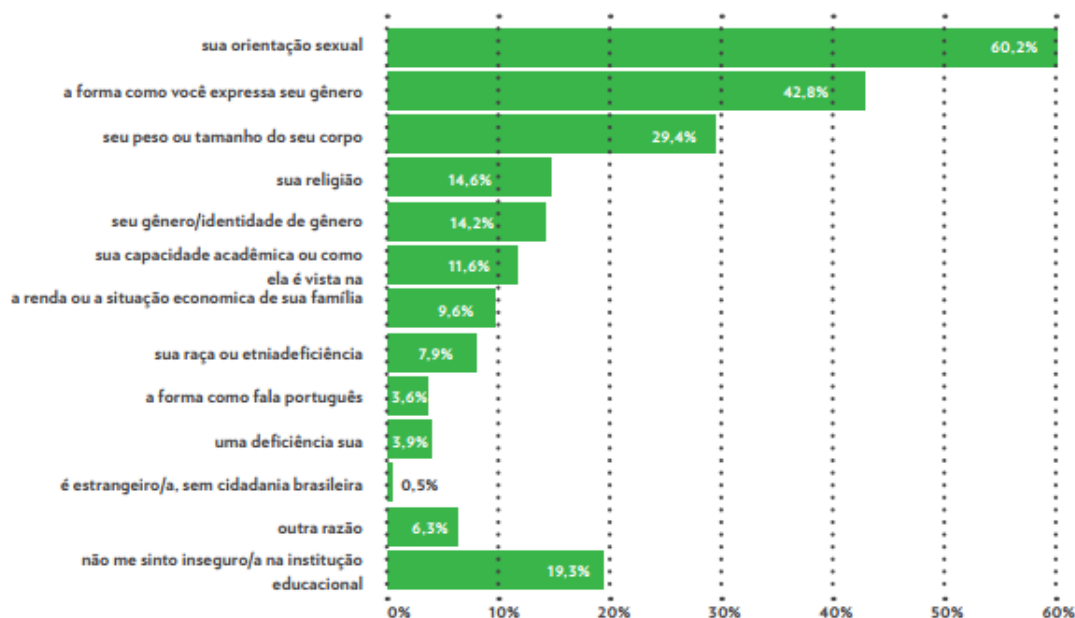


Figura 1- Percentagem de estudantes que se sentem inseguros/as na instituição educacional por causa de uma característica pessoal /Fonte: ALGBT - 2016

Na análise da frequência com que estudantes LGBT vivenciaram outros tipos de agressão na instituição educacional no último ano, podemos inferir que 76,8% dos/as estudantes LGBT relataram que se sentiram propositalmente excluídos/as ou “deixados/as de lado” por outros/as estudantes, e 34,4% vivenciaram isso frequentemente ou quase sempre.

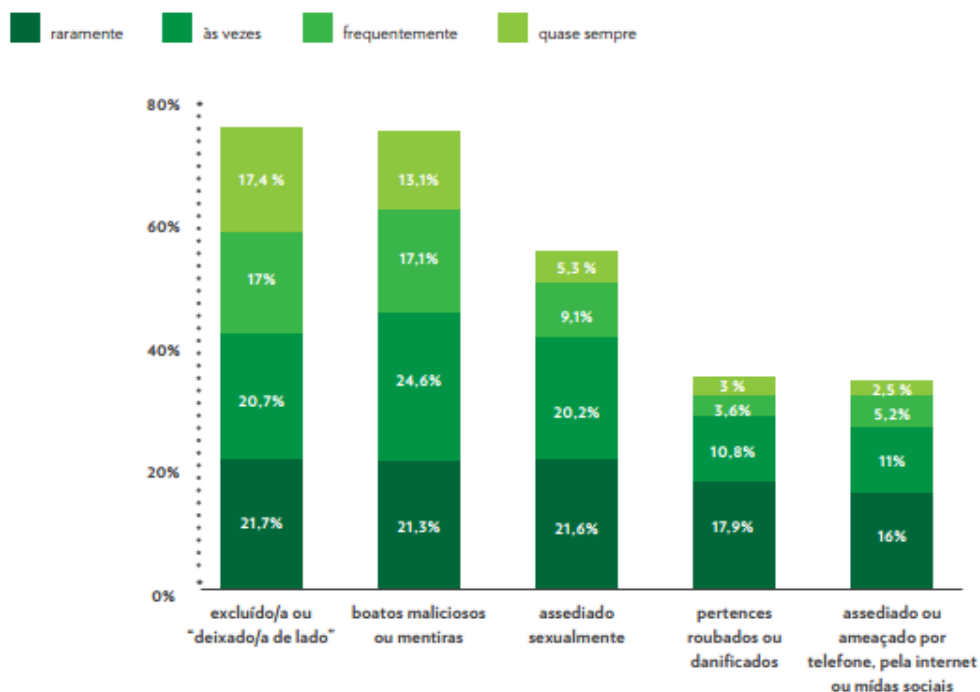


Figura 2- Frequência com que estudantes LGBT vivenciaram outros tipos de agressão na instituição educacional no último ano /Fonte: ALGBT - 2016

Reflexão sobre alguns depoimentos de estudantes LGBT na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil

Recortes históricos demonstram que sempre houve a preocupação em lutar contra o preconceito no ambiente escolar. Esta preocupação pode ser observada através dos documentos que marcaram a educação Nacional, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na Lei 10.172/2001. Nesse último, o registro escrito não garantiu a implementação das “questões de gênero”, o que poderia ter minimizado o volume de debates ao nascer de 2014, uma vez que abarcava o assunto também nas diretrizes dos cursos de formação docente.

A temática não esclarecida vem a somar relatos entristecidos e magoados de estudantes que vivenciam agressões físicas e verbais na escola e são obrigados, pelos conselheiros/as tutelares e pelo Ministério Público, a manter a frequência escolar. A pesquisa traz o depoimento de um estudante transgênero, de 17 anos, do Distrito Federal, que afirma:

Muitas vezes chego em casa chorando, pois fui constrangido, sofri preconceitos ou exclusão. Dói o meu peito ao pensar que se fosse cisgênero minha vida seria melhor, seria um menino branco de classe média alta, com notas boas e muitos amigos (ABGLT, 2016).

O depoimento de um estudante gay, de 16 anos, do estado do Paraná reitera a dificuldade da permanência na escola, a expectativa frustrada da instituição como ambiente acolhedor, onde seja possível também a obtenção do respeito.

Muitas vezes ameaçado, humilhado, separado e desamparado. Mesmo assim continuei firme e forte determinado a completar os anos em que perdi por medo, insegurança, e mais medo, com a esperança de que um dia as escolas sejam uma segunda casa, onde além de se aprender sobre apenas fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também sobre igualdade, sobre respeito, sobre amar o próximo, porque é isso o que deveria ser ensinado nas escolas, respeito (ALGBT, 2016).

Em ALGBT (2016), encontramos o depoimento de uma estudante lésbica, de 17 anos, do estado do Rio Grande do Sul, no qual podemos perceber o que representa a obrigatoriedade da frequência escolar. Nas palavras da estudante: “o meu ensino médio foi horrível, graças aos meus colegas estudantes e aos funcionários da minha escola. Era difícil para mim acordar todos os dias e ir para aquele inferno”.

Os profissionais que estão nas escolas, não raro, desconhecem conceitos e conhecimentos básicos sobre orientação sexual e identidade de gênero, o que pode remeter ao discurso da perversão do aluno não-heterossexual e não-cisgênero, além de contribuir veementemente para a exclusão. Na fala da estudante lésbica, de 17 anos, do estado de Alagoas, encontramos:

Me chamam de coisas como “sapatona”, “bolacheira”, etc, na brincadeira, e eu finjo que não me importo, mas na verdade eu me magoo e me incomodo bastante. A coordenação também já tentou me afastar de algumas garotas, inclusive chamaram as mães dessas estudantes pra “alertar” sobre mim (ALGBT, 2016).

O entendimento de alguns autores sobre a homofobia

A presença no ambiente escolar de inferências discriminatórias e preconceituosas dirigidas contra pessoas que se distanciam do padrão social heteronormativo indica homofobia. Esta uma reação doentia, também pode se apresentar como transfobia, bifobia e/ou lesbofobia, ainda não encontra lugar para receber acompanhamento e a atenção devida.

Enquanto as discussões permanecerem pautadas na proibição em falar sobre determinados assuntos na sala de aula, o real foco de estudo e quem realmente necessita ser visto para o favorável desenvolvimento social, fica camuflado e novos casos surgem, sem que seja colocada luz sobre essa grande e crescente sombra.

A naturalização da heterossexualidade acaba por distinguir, restringir, excluir ou preferir, com a conseqüente anulação ou lesão, o reconhecimento, o gozo ou o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais de tantos quantos não se amoldarem ao parâmetro heterossexista (RIOS, 2011).

As rupturas na expressão do processo dialógico propõem o incentivo e o reforço à homofobia uma vez que a incapacidade de abertura para o diálogo quer seja por preconceito, desconhecimento ou interesses político-partidários, reiteram a ordem heteronormativa.

A homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade (BORRILLO, 2009).

Borrillo (2015) apresenta uma definição significativa sobre as reações homofóbicas mais violentas, afirmando que estas provêm, em geral, de pessoas que lutam contra seus próprios desejos homossexuais. Partindo disso entendemos a importância de envidar esforços no acompanhamento de quem pratica o bullying, uma vez que ele diz ainda:

A violência contra homossexuais é apenas a manifestação do ódio de si mesmo ou, melhor dizendo, da parte homossexual de si que o indivíduo teria vontade de eliminar. A homofobia seria uma disfunção psicológica, resultado de um conflito mal resolvido durante a infância e que provocaria uma projeção inconsciente contra pessoas, supostamente, homossexuais (BORRILLO, 2015).

A apropriação de conhecimentos e práticas inclusivas, que favoreçam formação inicial e continuada dos/das profissionais de educação elevam a temática do respeito à diversidade sexual e de gênero a um patamar de compreensão e significado que favorecem a superação gradativa do desrespeito, agressão e violência contra estudantes LGBT.

A generalização do motivo das faltas na Ficai

A Ficai foi instituída em 1997, oriunda de uma parceria entre o Ministério Público, Secretarias de Educação e Conselhos Tutelares e visa estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar de crianças e adolescentes. Em 2012, foi implantada a Ficai on-line através de um sistema informatizado, para dar maior agilidade aos encaminhamentos e aumentar a possibilidade do/a estudante retornar à escola.

O sistema facilita o fluxo de informações e permite o cruzamento de dados entre os órgãos envolvidos para garantir o direito à educação, auxiliar na aplicação de medidas protetivas em favor das crianças e/ou adolescentes que tiveram seus direitos fundamentais ameaçados ou violados por quem quer que seja, muito embora essas medidas deixem a desejar:

No Brasil ainda não se tem tomado medidas oficiais contra a prática do bullying por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, enquanto em outros países já há políticas expressas há mais de uma década, como no Reino Unido, por exemplo, onde é obrigatório para as escolas tomarem medidas efetivas contra todas as formas de bullying (REIS, 2015).

Um dos objetivos da Ficai on-line é diagnosticar o motivo da infrequência, muito embora os maiores números registrados encontram-se nos motivos: resistência do aluno, suspeita de negligência e outros. A suspeita de negligência é um motivo descartado para o nosso foco de raciocínio. Por outro lado, os códigos: resistência do aluno, problemas de relacionamento escolar e outros, como não são detalhados, podem

ser desencadeados por inúmeras possibilidades que não aparecem nomeados na ficha, entre elas o bullying.

O desafio dos docentes frente à diversidade sexual e de gênero

A formação docente sobre a temática possibilita a análise dos fatos ocorridos, das vivências dos professores, além de favorecer a aproximação entre o discurso e o entendimento do significado da promoção dos princípios do respeito à diversidade sexual e de gênero.

É preciso educar os educadores. Os professores precisam sair de suas disciplinas para dialogar com outros campos de conhecimento. E essa evolução ainda não aconteceu. O professor possui uma missão social, e tanto a opinião pública como o cidadão precisam ter a consciência dessa missão (MORIN, 2014).

A superação da intolerância à diversidade necessita de conhecimento científico, que se processa através da formação docente como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias, mas sobretudo sobre direitos humanos e ciência em torno da orientação sexual e da identidade de gênero.

Campos (2013, p. 46) cita o saber comum, fruto da dimensão cultural, que se estabelece como saberes gestados no cotidiano das famílias, pela errância dos pais, provocadas pela experiência da própria vida e diz ainda:

Na escola, as questões que movem o saber dos professores estão na base das suas interpretações e entendimentos destes sobre a família. Talvez os professores tenham elaborado não propriamente um saber, mas concepções sobre o cotidiano ou representações aprendidas nas situações espontâneas, enfim, crenças, fruto de uma razão prática (CAMPOS, 2013).

A formação docente inicial e continuada propicia a mudança de atitudes, valores, postura frente ao desenvolvimento da comunidade escolar e se expande para os demais núcleos sociais. É necessário o esforço conjunto para superar os obstáculos que dizem respeito às questões arraigadas à formação pessoal e social em uma sociedade que precisa conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças.

O modelo de família tradicional mudou. O paradigma comum outrora, clama pela fidelidade à realidade. A família de cada estudante é aquela que ele/a reconhece como sua. A escola deve propiciar oportunidades iguais e justas para todos, para isso é necessário o conhecimento, ou seja, a oferta de formação docente para esclarecimentos e entendimentos

quanto à importância do seu papel em sala de aula, no sentido de evitar a exclusão do espaço escolar.

CONCLUSÃO

Em uma sociedade plural, é inconcebível excluir. A preservação dos direitos de negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais, católicos, protestantes, evangélicos é primordial, ou seja, que todos saibam ou aprendam a respeitar o direito do/a outro/a, preservando o acolhimento e dialogando com a afetividade de cada um/a. A afetividade é o grande mote capaz de reunir pessoas num ambiente agradável e respeitador, onde também ocorrem experiências e aprendizagens, a escola.

A fala repetitiva: precisamos respeitar, deflagra o desconhecimento e procura manter silenciado o assunto diversidade sexual e de gênero. Uma vez que para respeitar é necessário conhecer e reconhecer a orientação sexual e a identidade de gênero como uma condição humana saudável e inata. O que realmente conta é o conhecimento e esse é oriundo de leituras, estudos, discussões, formações e debates.

A formação docente sobre a temática visa mitigar o preconceito, o desconhecimento e compreender a realidade social. O senso comum sobre orientação sexual e identidade de gênero clama pelo conhecimento científico. A possibilidade de compartilhar vivências, registrar momentos de debate social, aproximar o discurso e o entendimento do significado da promoção dos princípios do respeito à diversidade, inicia pela formação docente.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://www.abgl.org.br/docs/IAE-Brasil>. Acesso em: 18 de jun. de 2017.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs) Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

_____. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRASIL. Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em: 22 de jul.2017.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes Docentes e a Autonomia dos Professores. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. A educação não pode ignorar a curiosidade das crianças. Jornal "o Globo", 2014. Entrevista concedida à Andrea Rangel. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/a-educacao-nao-pode-ignorar-curiosidade-das-criancas-diz-edgar-morin-13631748>. Acesso em: 20 ago. 2017.

REIS, Toni. Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando. Ed. Appris: Curitiba, PR, 2015.

RIOS, Roger Raupp. O Conceito de Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais. Semana de Direitos Humanos da UFCSPA: Combate à Homofobia e Promoção da Diversidade, 2011.

UNESCO. Respostas do Setor de Educação ao Bullying Homofóbico – 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2017.